

**PRECATÓRIO Nº 4.481 - DF (2017/0297786-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : MARIA DE SOUZA LIMA  
**REQUERENTE** : CRUZ & SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS LTDA. - EPP  
**ADVOGADO** : NARA CRISTINA JUCA DA SILVA - AC001752  
**REQUERIDO** : UNIÃO  
**REQSTE** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de precatório oriundo da Execução em Mandado de Segurança n. 8.532/DF, no montante de R\$ 108.660,12 (cento e oito mil, seiscentos e sessenta reais e doze centavos) (fl. 1).

A União informou que há regularidade formal do precatório (fl. 10).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo pagamento deste precatório (fls. 12-14).

A Seção de Precatórios e RPV certificou a disponibilidade de dotação orçamentária para liquidação da ordem (fl. 20).

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do voto do Ministro Relator, Sebastião Reis, em agravo interno nos autos da execução em mandado de segurança, determinou "o bloqueio dos valores referentes à correção monetária posterior a 25/3/2015, mais precisamente da diferença entre o valor decorrente da atualização feita com a TR e o valor em que utilizado o IPCA-E como índice, até que o Supremo Tribunal Federal encerre o julgamento do RE n. 870.947/SE" (fl. 449).

É o relatório. Decido.

Ante o exposto, nos termos do acórdão proferido pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, **determino o pagamento do montante principal deste precatório, com a observação de que o valor controvertido deverá ficar bloqueado até posterior decisão do juízo da execução.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

